

Cidades do Petróleo no Brasil: *royalties*, cultura e planejamento¹

Elis de Araújo MIRANDA²
Elisabeth Soares ROCHA³

RESUMO: Dentre os 985 municípios de 17 estados beneficiados pela Lei n° 9478, de 06 de Agosto de 1997, conhecida como a Lei do Petróleo no Brasil, cinco são considerados os municípios ricos do petróleo; seguindo a ordem decrescente são: Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio e Quissamã, todos localizados na região Norte Fluminense, em áreas limítrofes dos poços de exploração continental (*offshore*) da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Este trabalho apresenta os dados de investimentos e gastos públicos municipais referentes ao setor cultural desses cinco municípios, confrontando com os valores de royalties recebidos no período de 1999 a 2010. Objetiva-se, ainda, apresentar as definições de *cultura* que regem as políticas públicas de cultura desses municípios, confrontando com as definições de cultura no âmbito acadêmico dos estudos culturais.

PALAVRAS-CHAVES: Petróleo. Royalties. Planejamento e cultura.

Oil Cities in Brazil: *royalties*, culture e planning

ABSTRACT: Among the 985 cities of 17 States with the benefits of Law n° 9478, also known as the Law of Oil in Brazil, 5 are considered rich in oil. In decreasing order: Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio and Quissamã. All cities are located in the North area of Rio de Janeiro, in bordering areas of the offshore shafts of Bacia de Campos. This article presents the information about investments and public expenses related to the cultural sector of these 5 cities, confronting these values with the values of royalties received from 1999 to 2010. This paper also aims at presenting the definitions of culture that lead the public policies of the cities above, comparing these definitions with culture definitions in the academic sphere of cultural studies.

KEYWORDS: Oil. Royalties. Culture and planning.



¹ Projeto Financiado. CNPq/Universal (2008-2011). Compõem este projeto os professores Denise Terra (UCAM-Campos) e Cláudio Paiva (UNESP-Araraquara) e as bolsistas do CNPq/UFF: Karen Mata e Carla Pontes, ambas do Curso de Geografia – Pólo Campos e a mestranda Elisabeth Soares Rocha (IFF-Campos). Este texto teve a colaboração de Karen Mata Santos e Carla Pontes.

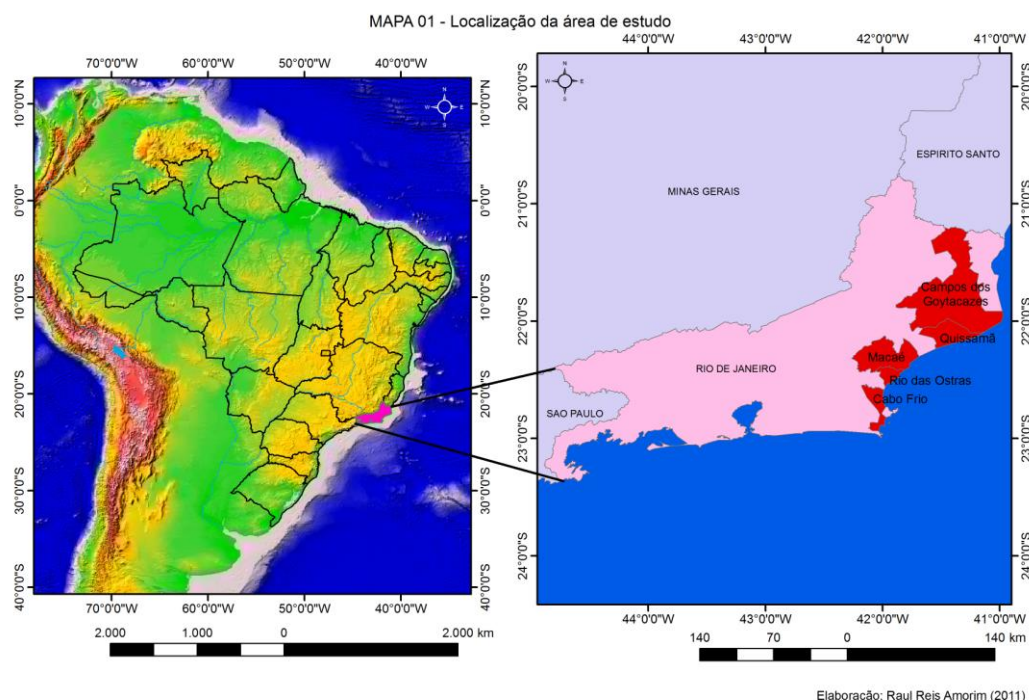
² Universidade Federal Fluminense Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes. Departamento de Geografia. Campos dos Goytacazes, RJ. – Brasil. CEP: 28010-385. Email: elismiranda10@gmail.com

³ Mestranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Universidade Candido Mendes. Campos dos Goytacazes, RJ. – Brasil. CEP: 28030-035 Email: bethrocha12@gmail.com

Introdução

Dentre os 985 municípios, de 17 estados brasileiros, beneficiados pela Lei n° 9478, de 06 de Agosto de 1997 (BRASIL, 1997), conhecida como a Lei do Petróleo, cinco são considerados os municípios ricos do petróleo por ocuparem estas posições desde 1999, quando iniciaram os pagamentos de royalties e participações especiais advindos da exploração de petróleo *offshore*.

Seguindo a ordem decrescente, os municípios que mais receberam estas compensações financeiras são: Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio e Quissamã. Não é coincidência que todos estejam localizados na região costeira do Sudeste brasileiro, em áreas limítrofes dos poços de exploração continental (*offshore*) da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1⁴).



Neste trabalho busca-se comparar os investimentos e gastos públicos municipais referentes ao setor cultural declarados pelos cinco municípios em questão, confrontando com os valores de royalties recebidos no período de 1999 a 2010. Objetiva-se, ainda, apresentar as definições de “cultura” que regem as políticas públicas de cultura desses municípios,

⁴ Este mapa foi elaborado por Raul Reis Amorim especialmente para este artigo.

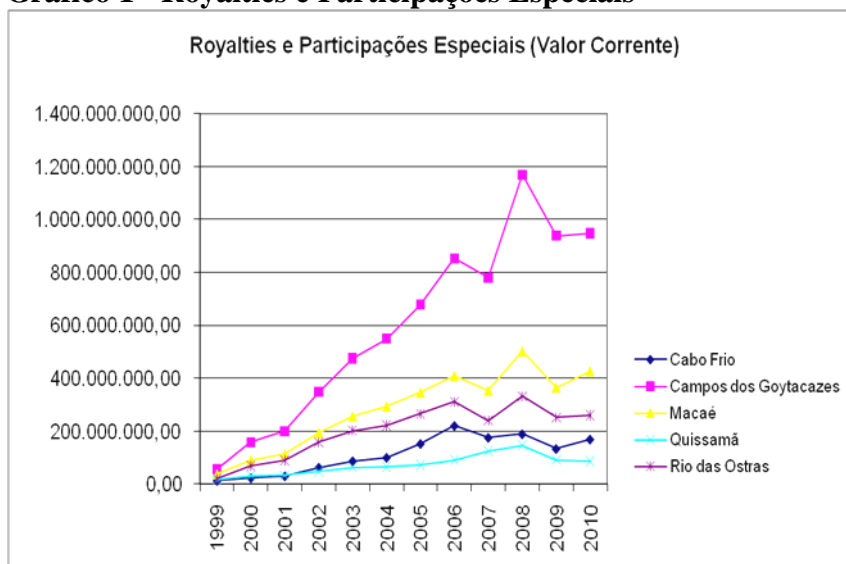
confrontando com as definições de cultura no âmbito acadêmico dos estudos culturais. Esta confrontação orienta a compreensão sobre as opções dos investimentos municipais.

No que se refere aos dados de royalties e participações especiais, este estudo baseou-se nos dados disponibilizados no *inforoyalties*⁵. Os dados de investimentos em cultura foram obtidos por meio das declarações das contas municipais no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. E por fim, por meio de entrevistas abertas aos gestores do setor cultural, buscou-se as definições de cultura que orientam as políticas públicas municipais.

Valores de Royalties e participações especiais

A pesquisa sobre os valores de royalties e participações especiais recebidos pelos municípios brasileiros foi realizada em uma ferramenta criada pelo grupo de trabalho da Universidade Cândido Mendes de Campos dos Goytacazes, o *inforoyalties*. A partir desta ferramenta foi possível identificar os valores desta compensação desde 1999, mantendo-se atualizado mês a mês. É possível realizar comparações entre dados de população e royalties, identificando valores *per capita*; impacto dos royalties no orçamento municipal, dentre outras informações relevantes para qualquer estudo sobre o impacto dos royalties na economia dos municípios beneficiados.

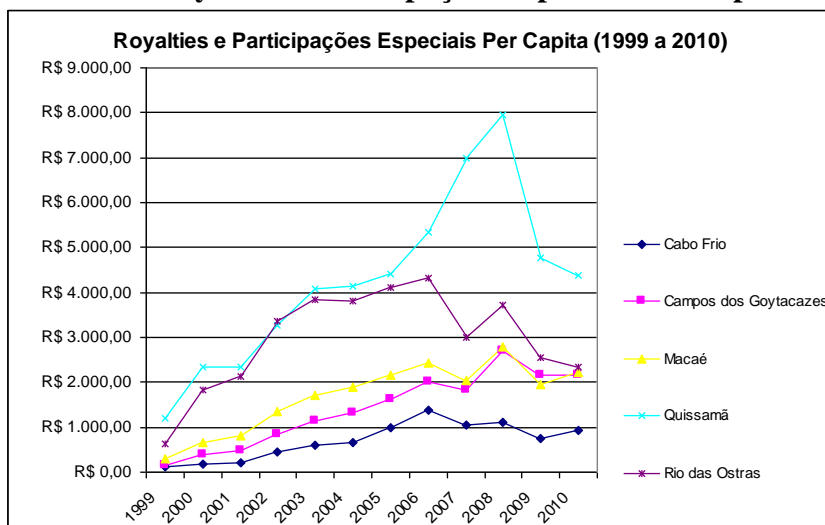
Gráfico 1 - Royalties e Participações Especiais



Fonte: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

⁵ Uma ferramenta elaborada pelo grupo de estudos do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes, de Campos dos Goytacazes. Cf. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

Gráfico 2 - Royalties e Participações Especiais Per Capita



Fonte: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2004.

A partir do *inforoyalties* foi possível apresentar os gráficos 1 e 2. No gráfico 1 vimos que os valores de royalties demonstraram um aumento 1999 a 2008, com uma queda em 2009 e, em 2010, os valores voltam a subir e que Campos dos Goytacazes apresenta a maior arrecadação, mantendo-se nesta posição por dez anos. A queda em 2009 não se refere a produção, mas ao valor dólar e a crise econômica mundial daquele ano. O gráfico 2 apresenta dados de royalties e participações especiais *per capita*. Observa-se que o município de Quissamã merece destaque por ser aquele que apresenta a menor população (Tabela 1).

Tabela 1 – População

	2000	2010
Cabo Frio	126.828	186.222
Campos dos Goytacazes	406.989	463.545
Macaé	132.461	206.748
Quissamã	13.674	20.244
Rio das Ostras	36.419	105.757

Fonte: Censos 2000 e 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

A variável comum entre os municípios analisados refere-se ao fato deles serem recebedores de royalties de petróleo. Campos dos Goytacazes, Quissamã e Macaé compõem a região Norte Fluminense e Cabo Frio e Rio das Ostras à região administrativa denominada Baixada Litorânea (Mapa 2). Apenas Macaé possui, em seu território, equipamentos industriais do setor petrolífero, os demais recebem royalties por terem sido beneficiados pelas regras de distribuição onde as direções das linhas ortogonais e paralelas aos poços *offshore*,

incluíram os municípios que geograficamente se encontravam dentro dos limites de tais linhas.

Mapa 2 - Regiões de Governo Divisão Político-Administrativa – Estado do Rio de Janeiro



Fonte: RIO DE JANEIRO, 2010.

Podemos tratar Campos dos Goytacazes e Quissamã com destaque. O primeiro por se tratar do município que, desde 1999, encontra-se encabeçando a lista dos beneficiados. Os valores recebidos por Campos dos Goytacazes ultrapassam a cifra de um milhão/dia. E com relação a Quissamã, mesmo sendo aquele que, entre os cinco, recebe o menor valor total, o seu diferencial está na distribuição *per capita*. Por se tratar de um município com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, os valores *per capita* são altos. Além do fato de ser, dentre os cinco, aquele que apresenta a menor área urbana. Assim, no que se refere ao setor cultural, os municípios devem ser analisados separadamente, reconhecendo suas especificidades populacionais, históricas, de urbanização e de organização da gestão pública.

Orçamento e gastos com gestão cultural

Tabela 2 – Receita total e Investimentos em Cultura: Macaé

MACAÉ		
Ano de Exercício	Receita Total	Fundação Macaé de Cultura
1999	ND	ND
2000	162.905.167,95	ND
2001	229.711.487,48	ND
2002	343.006.233,04	1.610.000,00
2003	485.797.716,25	ND
2004	564.641.713,50	ND
2005	664.269.079,66	2.395.305,85
2006	801.082.699,30	5.049.262,72
2007	885.569.712,96	ND
2008	1.150.731.986,70	ND
2009	1.113.363.121,61	ND

Obs.: ND (Não declarado no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro).

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2011.

O setor cultural de Macaé é gerido pela Fundação Macaé de Cultura. Observa-se um crescimento dos recursos disponíveis para a Fundação gerir um teatro, uma biblioteca, uma escola de artes (dança, teatro, música), uma galeria de artes e um centro de artesanato. Todos esses equipamentos estão concentrados no prédio da Fundação na área central da cidade. Os distritos contam com pequenas e mal equipadas bibliotecas/videotecas. Nas periferias não foram registrados equipamentos públicos de cultura.

A partir da tabela 2 observa-se que o município só declarou os recursos da Fundação de Cultura em 2002, 2005 e 2006, o que já demonstra negligência com relação aos recursos públicos. Considerando o ano de 2006, o último a ter declarado os recursos da Fundação Macaé de Cultura, observa-se que Macaé não investiu nem 1% do seu orçamento total no setor cultural.

Tabela 3-Receita e Investimentos em Cultura: Rio das Ostras

RIO DAS OSTRAS		
Ano de Exercício	Receita Total	Fundação Rio das Ostras de Cultura
1999	36.250.322,00	200.000,00
2000	INDISPONÍVEL	INDISPONÍVEL
2001	140.205.440,12	ND
2002	213.247.532,96	ND
2003	319.936.889,52	5.906.000,00
2004	332.373.165,92	7.936.000,00
2005	371.817.436,35	5.716.375,25
2006	438.369.693,82	4.422.940,53
2007	359.310.777,01	5.333.200,48
2008	395.985.982,56	ND
2009	INDISPONÍVEL	INDISPONÍVEL

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2011.

O município de Rio das Ostras também tem o setor cultural gerido por uma Fundação. A Fundação Rio das Ostras de Cultura gere a Casa da Cultura, o Sítio Arqueológico Sambaqui da Tirioba, o Teatro, a Biblioteca, a Fundação Escola de Artes e Ofícios, em bairros centrais e o Centro Ferroviário de Cultura Rocha-Leão, no distrito de Rocha-Leão, que conta com uma mostra de objetos e fotografias da Estrada de Ferro Leopoldina, uma biblioteca e uma videoteca.

Assim como Macaé, Rio das Ostras também não declarou todos os anos o montante dos recursos destinados ao setor cultural. Em 2007 a receita total do município foi de R\$ 359.310.777,01 e o valor investido em cultura foi de R\$5.333.200,48, o que podemos verificar que este município também não investe nem 1% do seu orçamento em cultura.

Até o ano de 2008 o setor cultural de Quissamã⁶ era gerido por uma diretoria subordinada ao gabinete da prefeitura. A partir de 2008 foi criada a Fundação Cultural de Quissamã para gerir o Centro Cultural Sobradinho (cinema, escola de artes), o Museu Casa de Quissamã e o Complexo Cultural Machadinho.

Por meio de entrevistas com os gestores do setor cultural nos foi informado que Quissamã investe pouco mais de 4% do seu orçamento total na gestão cultural, o que torna este município um destaque, não só na região, mas no Brasil. Importa destacar que dos municípios analisados este é o único que gere uma sala de cinema no Centro Cultural Machadinho.

⁶ Não foram encontrados dados referentes aos investimentos em cultura para Quissamã. Acredita-se que isto seja em função da inexistência de uma Secretaria ou Fundação de Cultura até 2009.

Quissamã destaca-se pela valorização do patrimônio histórico e arquitetônico. Nesses dez anos já restaurou prédios dos períodos Colonial e Imperial brasileiros, destacando-se entre esses os do Barão de Araruama, como o Museu Casa de Quissamã e o Complexo Cultural Machadinha.

O questionamento sobre os investimentos em cultura de Quissamã não está nos valores, mas na qualidade dos gastos. Estaria Quissamã investindo em cultura ou a cultura é um meio para fortalecer a imagem dos descendentes do Barão de Araruama? Esta é uma questão que leva a outro trabalho.

Cabo Frio tem o setor cultural gerido por uma Secretaria Municipal de Cultura e não foi possível identificar o montante do orçamento municipal destinado a este setor que conta com uma diversidade de equipamentos de cultura: Centro de Cultura Charitas, Casa dos 500 anos de História de Cabo Frio, Biblioteca Pública Municipal, Teatro Municipal, a Oficina-Escola Carlos Scliar e o Centro de Cultura Anderson Giba Bytes, cuja localização está em área periférica.

Além dos equipamentos de cultura geridos pelo município, o Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (IPHAN) gere o Museu de Arte Religiosa e Tradicional que não conta com nenhum apoio financeiro do município.

Tabela 6 – Receita do município Campos dos Goytacazes e orçamento investido em cultura

CAMPOS DOS GOYTACAZES					
Ano de Exercício	Orçamento Inicial	Receita Total	FCJOL	Fundação Teatro Trianon	Fundação. Zumbi dos Palmares
1999*	95.000.000,00	ND	ND	ND	ND
2000	144.160.000,00	271.636.444,56	ND	ND	ND
2001*	228.925.100,00	ND	ND	ND	ND
2002*	434.257.950,00	ND	ND	ND	ND
2003	450.342.466,00	559.342.466,00	1.557.000,00	9.215.000,00	140.000,00
2004	600.000.000,00	818.195.414,45	1.863.500,00	9.275.500,00	300.000,00
2005	802.016.822,07	1.028.477.260,83	ND	ND	ND
2006	919.958.351,42	1.249.186.088,91	4.648.307,43	9.713.507,81	516.102,17
2007	1.165.485.395,78	ND	992.187,00	7.401.151,94	1.363.417,00
2008*	1.452.184.172,00	ND	5.625.005,00	5.338.470,00	1.147.328,00
2009	1.545.075.126,00	1.423.568.588,12	5.927.532,00	4.975.347,00	1.317.793,00

Obs: *D.O do município/Lei Orçamentária Anual. Até 2003 a receita de Cultura era destinada à Secretaria de Educação e Cultura, não às Fundações.

Fontes: RIO DE JANEIRO, 2011.

Desde 2003 Campos dos Goytacazes tem o setor cultural gerido por três fundações e apenas em 2011 foi criada uma Secretaria Municipal de Cultura que agrega as três Fundações: a) Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; b) Fundação Cultural Trianon e c) Fundação Zumbi dos Palmares. Tendo o ano de 2009 como referência, o orçamento total do município alcançou a casa dos bilhões, com a cifra de R\$1.423.568.588,12. Juntas, as três fundações geriram neste ano o montante de R\$12.220.672,1, ou seja, mais um dos municípios ricos do petróleo que não investe nem 1% do seu orçamento no setor cultural. Mesmo não sendo nem 1%, este valor não é insignificante. O que Campos tem disponibilizado para o setor cultural é mais que o orçamento total de muitos municípios brasileiros.

Mesmo com este orçamento largo e com vultosos recursos, em dez anos de recebimento de royalties de petróleo, o setor cultural não ganhou nenhum equipamento de cultura novo, o museu de Campos ainda não teve a restauração finalizada e muitos prédios históricos encontram-se bastante deteriorados, como o prédio da Lira Campista, na Praça São Salvador. Não há nenhuma sala de cinema regida com recursos municipais e não há nenhum museu que seja digno de receber exposições nacionais e a biblioteca pública encontra-se deteriorada.

Sobre o conceito de cultura

O debate sobre cultura, suas definições e práticas, não está restrito a uma única área do conhecimento. Antropólogos e artistas podem ser considerados aqueles que mais contribuíram para o debate. O interesse de gestores municipais e a busca por uma definição que oriente as políticas públicas de cultura passou a integrar a agenda de todos os envolvidos com este setor da administração municipal, bem como aos profissionais do planejamento urbano, partindo dos conceitos de cultura em Eagleton (2005), Harvey (2006), Geertz (2003), Latouche (1996), Trompson (2000), Debord (2006) como norteadores na busca de um entendimento da evolução do conceito.

A polissemia do conceito de cultura tem sua origem etimológica na raiz inglesa *coulter*, do latim *culter* – relha de arado. Herdamos a origem do significado “cultivo” que nos remete ao próprio nascer da identidade estabelecida quando o homem ao tornar-se sedentário busca outros meios de sobrevivência por meio do cultivo da terra. Fixando-se à terra, cultivando-a, os seres humanos se estabelecem num território natural.

Esse primeiro conceito derivado de natureza, segundo Eagleton (2005, p.10), “de trabalho e agricultura, colheita e cultivo”, durou muito tempo, até que “cultura” como atividade viesse a denotar uma entidade. De um processo completamente material inicialmente, depois metaforicamente transferido para questões do espírito, o termo “cultura” em seu desdobramento semântico se aplica a mudança histórica da própria humanidade - da existência rural para a urbana. Esta mudança semântica é considerada por alguns autores paradoxal, já que historicamente os habitantes urbanos, formados por uma elite intelectual ou econômica, são considerados “cultos”, detentores de um saber e aqueles que cultivam a terra são “menos capazes” de cultivar a si mesmos, impedidos de tempo para o lazer, para a cultura, constituindo uma divergência no conceito de cultura. Nesse sentido, indivíduos seriam separados por sua classe social, pelo acesso a informação e conhecimento disponíveis. Esse camponês em breve seria o operário ou o proletário que nas relações de trabalho encontraria uma nova relação com a cultura.

[...] não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais [...] em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora. (GRAMSCI, 1981, p.7).

As culturas são construídas com base no incessante tráfego com a natureza que chamamos de trabalho, não podendo desconsiderar suas relações intrínsecas. Os meios culturais que usamos para transformar a natureza são eles próprios derivados dela: “[...] a natureza produz cultura que transforma a natureza” (EAGLETON, 2005, p.13). Desta forma, a cultura pode ser vista como meio de renovação constante da natureza, ou seja, a natureza mesma produz os meios de sua própria transcendência: se a natureza é sempre de alguma forma cultural, o cultural é o que podemos mudar, sendo que o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma, tomando emprestado algo da própria natureza. No transcorrer de suas variações, a palavra “cultura” se volta para duas direções opostas, sugerindo uma divisão dentro de nós mesmos, entre aquela parte de nós que se cultiva e refina, e aquilo que constitui a matéria-prima para este refinamento. Como cultura, a palavra “natureza” significa tanto o que está a nossa volta como o que está dentro de nós, constituindo uma questão de auto superação e de auto realização.

A palavra “cultura” numa transição histórica de grande importância, codifica várias questões filosóficas fundamentais, como liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado. O termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos no mundo e o que o mundo nos faz.

Desta forma, é um termo descritivo e analítico, que compreende uma tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade.

Cultura alude ao contraste político entre evolução (“orgânica” e “espontânea”) e revolução (artificial e forçada), sugerindo como se poderia ir além desta antítese, ao combinar crescimento e cálculo, liberdade e necessidade, a idéia de um projeto consciente e um excedente não planejável. (EAGLETON, 2005, p.9, grifo do autor).

Neste sentido, se somos seres culturais, também somos parte da natureza que trabalhamos. A este processo de automoldagem, unem-se ação e passividade, o ardorosamente desejado e o puramente dado: ao mesmo tempo que nos assemelhamos com a natureza nos diferimos dela, pois podemos introduzir no mundo um grau de auto reflexividade a que o resto da natureza não pode aspirar.

Somos ao mesmo tempo naturalmente a “cultura” a qual pertencemos quanto ampliação em nós mesmos da “cultura” que recebemos. É essa dualidade que torna possível transpor o muro colocado entre a raiz cultural de cada indivíduo e as transformações as quais vai elaborando ao conviver com o outro, diferenciado, mas também cultural.

Oportunizar a aquisição de novos aspectos de conhecimento e vivências culturais devem ser permitidas e oferecidas como bem comum a todo ser que convive em sociedade. Rever ou ampliar sua cultura não representa numa análise sociológica uma escolha individual.

Essa liberdade de escolha é o exercício principal da cidadania, porém a ausência da oferta de escolha poderá ser uma privação ao “ser cidadão”.

É na liberdade de escolha que está nosso maior ou menor grau de auto moldagem. Quanto mais opções de escolha tivermos, mais seremos enriquecidos com as possibilidades de escolher.

Quando nos deparamos com o que denominamos “cultura de massa”, encontramos aí uma singularidade de opção, ou ausência dela. A “mídia” hoje, assim como a “ditatoriedade” em outro momento histórico, impuseram um ideário coletivo que a serviço de alguns, provocou o que pode ser compreendido como alienação.

Sem conhecer o que lhe é próprio, o indivíduo não perceberá o que do outro lhe apraz escolher para si. Esse princípio de tomada de consciência do que lhe é naturalmente cultural pode ser considerado o primeiro estágio cultural do indivíduo. A partir do seu autoconhecimento ele poderá avançar em escolhas de outros elementos culturais que transformarão seu estado original.

“A humanidade não pode suportar muita realidade, nem tampouco se elevar a muito pensamento inteligente” (ELIOT, 1948, p.120). O autor, analogamente, não renega de forma

alguma a idéia de cultura como consciência, e ainda acrescenta: cultura de uma sociedade, em certo ponto, é “[...] aquilo que faz dela uma sociedade, com todo o complexo das artes, usos e costumes, religião e idéias”.

A relevância deste estudo não está em justificar este ou aquele modelo de cultura num indivíduo, mas no seu grau de autoconsciência. E esse autoconhecimento há de ser considerado como objetivo a ser buscado ao implementar ações que admitam ou excluam as políticas culturais adequadas e socialmente democráticas.

Segundo Eliot (1948, p.38), “[...] o todo da população deveria ter uma parte ativa nas atividades culturais – não todos nas mesmas atividades ou no mesmo nível.” Na sociedade ideal de Eliot, todas as classes sociais vão partilhar a mesma cultura.

Ao depararmos com esses dois significados centrais da palavra “cultura”, encontramos a cultura como um corpo de obras artísticas e intelectuais, domínio da elite, ao passo que a cultura no seu sentido mais antropológico pertence às pessoas comuns (EAGLETON, 2005), percebe-se mais claramente como classe, sociedade, cidadania e cultura estão imbricados.

Em Eagleton (2005, p.85) é travada uma confrontação entre Cultura e cultura.

A primeira, ao universalizar o individual, realiza sua verdadeira identidade; a última é somente um modo de vida contingente, um acidente de lugar e tempo que sempre poderia ter sido de outra maneira. A alta cultura estabelece assim um circuito direto entre o individual e o universal, desviando-se ao fazê-lo de todos os particulares arbitrários. A arte recria as coisas individuais na forma de suas essências universais, e ao fazê-lo torna-as inimitavelmente elas próprias. No decurso disso, ela, a arte, as converte de contingência a necessidade, de dependência a liberdade. O que resiste a esse processo alquímico é expurgado como refugio particularista.

Esse modelo de Cultura, que Latouche (1996, p.14) denominou “cultura ocidental”, “[...] é a única cultura que verdadeiramente se mundializou, com uma força, uma profundidade e uma rapidez jamais vistas, [...] a única cultura dominante que não consegue assimilar seus próprios membros”.

“Belas artes e vida refinada não são um monopólio do Ocidente. Nem pode a alta cultura ser hoje em dia limitada à arte burguesa tradicional, já que abrange um campo muito mais diverso” (EAGLETON, 2005, p.80).

Não há dúvidas quanto ao desenvolvimento tecnológico do Ocidente e de toda força com que a Academia projetou seus pensadores, artistas, filósofos, cientistas, mas a cultura ocidental se apoiou nos poderes simbólicos cuja dominação é mais insidiosa, porque repousa sobre essa “dominação cultural” seus novos agentes: ciência, técnica, economia e o imaginário – valores do progresso.

A relação entre Cultura de elite e a dominação da cultura ocidental está no fato de terem transformado os fluxos culturais em “mão única”, de onde projetam para as demais partes do mundo através dos meios de comunicação (jornais, rádios, televisões, filmes, livros, discos, vídeos), imagens, palavras, valores morais, normas jurídicas e códigos políticos que informam aos seus receptores os seus desejos e necessidades, as formas de comportamento, as mentalidades, os sistemas de educação que devem ter, porém asfixiando toda criatividade dos receptores passivos de tais mensagens. (LATOUCHE, 1996, p.16, grifo do autor).

A busca por uma definição de cultura torna-se de grande importância para que os gestores de políticas culturais atendam aos interesses dos mais diferentes grupos sociais.

Considerações finais

As considerações finais constituem um debate em aberto com questões que merecem a continuidade de estudos que reflitam sobre os impactos dos royalties no setor cultural desses cinco municípios beneficiados pela legislação que rege a distribuição dos royalties do petróleo no Brasil.

Ao longo de dez anos os valores referentes aos royalties desses municípios aumentaram evidenciando a ausência de restrições orçamentárias. Com isso esperava-se encontrar cidades bem equipadas, com sistema viário em excelentes condições, com espaços públicos bem equipados, arborizados e eventos realizados para incentivar o bom uso desses espaços. Entretanto, não foi este quadro encontrado.

Dos cinco municípios analisados, o único que demonstra preocupação com os equipamentos públicos de cultura é Quissamã, mas com as ressalvas que já fizemos. O pior quadro foi encontrado em Campos dos Goytacazes. Mesmo sendo o município brasileiro que mais recebe royalties do petróleo este município não criou nenhum equipamento público de cultura em dez anos. Com os recursos disponíveis e considerando a sua população que consta 463.731 (IBGE, 2011) sendo o município da região Norte Fluminense que possui o maior número de instituições de ensino superior, reconhece-se a demanda para eventos culturais e por uso de equipamentos públicos de cultura, e a expectativa em encontrar um setor cultural melhor estruturado com equipamentos de cultura mais variados – atendendo diferentes expressões culturais - e descentralizados. Os equipamentos públicos de cultura, na sua grande maioria, ainda encontram-se localizados em regiões centrais, restringindo o acesso aos eventos.

Após definirmos o conceito de cultura, buscávamos, por meio de entrevistas com os gestores municipais, identificar o conceito de cultura norteadora das políticas públicas do setor. Com exceção de Cabo Frio, que os gestores demonstraram preocupação em propor políticas públicas de cultura que atenda a idéia de diversidade cultural brasileira e de Quissamã que tem participado das conferências nacionais de cultura e debatido o texto do plano nacional de cultura, os demais gestores não demonstraram nem conhecimento e nem preocupação sobre uma orientação conceitual que desse suporte às políticas municipais.

Referências

- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.9478 de 06 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104066/lei-9478-97>. Acesso em: 02 jan. 2011.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- ELIOT, T. S. **Notes towards the definition of culture**. London: Faber and Faber, 1948.
- GEERTZ, C. **La interpretación de las culturas**. Barcelona. Gedisa Editorial. 2003.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2011.
- LATOCHE, S. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Regiões de governo: divisão político administrativa do Estado do Rio de Janeiro (MAPA)**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro- SEDEIS. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeconteudo?article-id=233630>. Acesso em: 10 out. 2010.
- RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/>>. Acesso em: 02 jan. 2011.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. **Info Royalties. Campos dos Goytacazes**: Programa De Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, 2004. Disponível em: <www.inforoyalties.ucam-campos.br>. Acesso em: 02 jan. 2011.

Artigo recebido em maio de 2011 e aprovado em julho de 2011.